

Nove empresas do Algarve na rede **PME da COTEC** P8

**Revista** na edição de 10 de Julho



Semanário Regional do Algarve

# barlavento

**LAGOS**

# Mau cheiro afasta clientes

 P14

**Comboio Presidencial** celebra os 125 anos da chegada a Faro

A Fundação Museu Nacional Ferroviário (FMNF), a Câmara Municipal de Faro e a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António juntam-se para comemorar os 125 anos da chegada do comboio a Faro a bordo do Comboio Presidencial. P9

**Saúde, acordo no S. João; e no Algarve a miséria é para manter?**

Os órgãos de comunicação nacional fizeram eco do pedido de demissão das estruturas dirigentes do Hospital de S. João, no Porto. Perante a penúria a que foi conduzida a rede hospitalar pública, não pode ser surpresa o pedido de demissão de qualquer responsável hospitalar. P11



**VIVIANE REDING**

## Confiança na «instituição» Europa está a subir

A livre circulação pressupõe direitos e obrigações. Mas sempre baseados no indivíduo. Como cidadão europeu, você tem o direito de ir a onde quiser e a obrigação de se comportar adequadamente. Se não o fizer, o País para onde se mudou tem o direito de atuar. A Praia da Falésia, no Algarve, foi o local escolhido pelo Partido Popular Europeu (PPE) para reunir as tropas, preparando a substituição do português Durão Barroso pelo luxemburguês Jean-Claude Juncker. À margem da reunião magna, Viviane Reding, vice-presidente da Comissão Europeia, reuniu-se com a ministra da Justiça de Portugal Paula Teixeira da Cruz. P2

DESTAQUE **VIVIANE REDING**

# «A confiança na «instituição» Europa está a subir ligeiramente»

A livre circulação pressupõe direitos e obrigações. Mas sempre baseados no indivíduo. Como cidadão europeu, você tem o direito de ir a onde quiser e a obrigação de se comportar adequadamente. Se não o fizer, o País para onde se mudou tem o direito de atuar. Mas é em relação a si, única e exclusivamente

TEXTO E FOTOS José Garrancho

A Praia da Falésia, no Algarve, foi o local escolhido pelo Partido Popular Europeu (PPE) para reunir as tropas, preparando a substituição do português Durão Barroso pelo luxemburguês Jean-Claude Juncker. À margem da reunião magna, também a luxemburguesa Viviane Reding, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania da União Europeia, reuniu-se com a ministra da Justiça de Portugal Paula Teixeira da Cruz. No final, fizeram uma declaração conjunta, mas o «barlavento» conseguiu uma entrevista com a comissária europeia, para abordar outros assuntos.

**b. - Uma preocupação evidente da senhora comissária são os movimentos de extrema-direita que estão a surgir e a aumentar dentro da União Europeia. Não serão os mesmos o resultado de políticas desajustadas, nos últimos anos, que trazem o descontentamento às pessoas?**

VR - Se reparar em que países estes movimentos estão a surgir, verá que não tem a ver direta e automaticamente com essas políticas. Não há movimentos de extrema-direita em Portugal, embora a população portuguesa esteja a sofrer bastante. Pelo contrário, existem em países como a Hungria. Acredito que os 75% de pró-europeus no Parlamento Europeu têm de analisar quais são as diferentes razões, digamos que as raízes destes movimentos populistas de extrema-direita e também de extrema-esquerda. Não podemos simplesmente dizer que são uma minoria. Temos de olhar seriamente para as razões que levaram as pessoas a votar nessas terríveis fações e tomar as medidas concretas e necessárias para as eliminar.

**b. - Existe, portanto, algum descontentamento e desconfiança por parte das pessoas?**

VR - Nos últimos anos, os

chamados barómetros europeus, que nos permitem analisar a situação em cada País, têm mostrado uns resultados inquietantes. A confiança nos governos nacionais, de um modo geral, está a mostrar uma pequena descida; o mesmo acontece com as instituições europeias. Contudo, a confiança na «instituição» Europa está a subir ligeiramente

**b. - Um grave problema de direitos humanos parece estar também a acontecer com os imigrantes africanos ilegais que chegam em vagas. Como vê este fenómeno?**

VR - É um fenómeno muito complicado. As pessoas fogem porque há guerra nos seus países. Temos leis muito definidas sobre o asilo político: se alguém tem a sua vida ou a sua liberdade em perigo, o direito a asilo é sagrado e ninguém o discute. Mas a maioria vem por razões económicas, para melhorar o seu nível de vida, o que é diferente. E há crime organizado em grande escala por detrás destas migrações. Gente que recebe dinheiro, prometendo-lhes vistos e uma vida de fartura, e depois os coloca em barcos sobrelotados e sem condições de sobrevivência, deixando-os à sua sorte. Como é que vamos



lidar com a situação? Como sabe, a polícia marítima está a salvar milhares de refugiados, no Mediterrâneo. Afogam-se, infelizmente, muitos, porque é impossível salvá-los, por culpa dos traficantes.

Temos um grave problema humano e não podemos resolver todos os problemas africanos em solo europeu. Por isso, nos anos vindouros, temos em agenda o estudo de como resolver esses proble-

mas, mas em África.

**b. - Considera justa a regulamentação sobre a concessão de asilo?**

VR - Aí está algo de que vários Estados-membros nem

querem ouvir falar: a partilha do fardo da responsabilidade. Neste momento, as diretrizes dizem que o Estado em cuja costa desembarcarem é o responsável pela sua custódia.

## DESTAQUE VIVIANE REDING

«O Algarve é um local maravilhoso na Terra. E é um dos pequenos elementos que formam o puzzle europeu. São estes imensos elementos diversos que, uma vez juntos, quando o puzzle fica completo, formam a imagem do nosso continente, do nosso lar europeu, na sua diversidade cultural. Por isso, preservem esta terra e os seus costumes, para o vosso e nosso benefício, como todos nós necessitamos de preservar a diversidade cultural, o modo como nos comportamos, como falamos, como comemos, para sermos uma sociedade viva. É essa diversidade nas formas de viver que forma a verdadeira Europa», disse-nos Viviane Reding à despedida.

# d

### b. – E são sempre os mesmos. Não é necessário mudar a legislação?

VR – Não podemos encerrar a discussão com uma só frase, porque o problema é multifacetado. Como é que, mesmo com todos os nossos investimentos significativos, ainda existe fome nesses países? Como podemos ajudar essas pessoas a ter uma vida decente nos seus países de origem? Como é que podemos terminar com estes grupos criminosos, os traficantes de pessoas, que são os verdadeiros assassinos? Como poderemos ter políticas de imigração que sejam mais equilibradas? Não há saídas fáceis, nem soluções milagrosas, mas temos de olhar muito seriamente para esta situação.

### b. – E a livre circulação de pessoas dentro da União Europeia, que não é respeitada por alguns Estados-membros?

VR – A livre circulação é um dos grandes valores e uma das grandes conquistas em que a União Europeia assenta. E durante os últimos 5 anos, em que fui responsável por esta pasta, tenho sido muito clara sobre o assunto. A livre circulação pressupõe direitos e obrigações. Mas sempre baseados no indivíduo. Como cidadão europeu, você tem o direito de ir aonde quiser e a obrigação de se comportar adequadamente. Se não o fizer, o País para onde se mudou tem o direito de atuar. Mas é em relação a si, única e exclusivamente. Os desvios, tanto por palavras como por atos, cometidos por alguns governos são simplesmente inaceitáveis. As regras europeias, assentes maioritariamente nos direitos fundamentais dos indivíduos, devem ser preservadas. Se houver comportamento criminoso ou desajus-



tado, ou abusos, os governos nacionais devem combater esses comportamentos, mas individualmente. Não devem fazê-lo por etnias, tem cercear o livre direito à circulação dos seus membros. É o princípio sagrado.

### b. – A senhora comissária afirmou em Londres que 70% das leis em vigor na Europa são provenientes de Estrasburgo...

VR – Não é verdade. O que eu disse foi que 70% das leis, regras e regulamentos aplicados nos estados-membros são aprovadas em conjun-

to, a nível europeu. A Comissão Europeia propõe, mas a aprovação é da competência dos ministros dos 28 estados-membros, no Parlamento Europeu. Os parlamentos nacionais recebem a decisão europeia e têm de aplicá-la no seu País. E, como já foi aprovada, não podem modificá-la. Mas os parlamentos existem para controlar os seus governos. E são os governos que negociam conjuntamente essas leis comunitárias. Se os deputados se pronunciarem, desde o início, sobre os regulamentos que estão na calha e obrigarem os seus minis-

tros a dar-lhes explicações, serão capazes de controlar as suas ações em Bruxelas. Assim, deverão obrigar os ministros a explicar-lhes, antecipadamente, o quê e como vão votar e a informá-los, no regresso, sobre o que se passou nas negociações entre os 28 estados-membros. Há estados-membros que aplicam esta regra e outros onde ainda nem foi abordada ou discutida. Esta prática obriga os deputados a seguir de perto toda a panóplia de leis e regulamentos em discussão, do princípio ao fim; ou seja, entre um e dois anos cada.

## A justiça portuguesa é caso-exemplo a seguir

A ação prendeu-se com a justiça, mas também com o desenvolvimento económico. Porque, se um investidor não acreditar que a justiça será rápida e justa, em completa concordância com as leis em vigor, não investirá

Na sua declaração à imprensa, Viviane Reding considerou muito positiva e exemplar a ação desenvolvida pela nossa ministra da Justiça. Contudo, em Portugal, toda a gente se queixa da morosidade e do elitismo no tratamento dos processos. E continuamos a não ver julgados com a celeridade e a clareza requeridos os casos de corrupção e outros que envolvem gente importante.

O «barlavento» questionou a vice-presidente da Comissão Europeia com a pasta da Justiça sobre o assunto. Eis a resposta: «a justiça tem de ser independente, justa e eficiente. Por isso, foi necessário reformular completamente o sistema judicial neste País. A ação prendeu-se com a justiça, mas também com o desenvolvimento económico. Porque, se um investidor não acreditar que a justiça será rápida e justa, em completa concordância com as leis em vigor, não investirá.

As reformas que a senhora ministra introduziu são de capital importância, porque constituem as bases de um sistema assente em certezas legais e decisões rápidas.

O facto de ter conseguido resolver, em menos de 2 anos, os 600 mil casos pendentes é único em qualquer Estado-membro. E costume apresentá-lo como um bom exemplo. É da maior importância que a independência da justiça seja preservada, fortalecida e garantida, porque só uma justiça independente garantirá que os prevaricadores em casos como a corrupção sejam devidamente julgados».